ATA DA PRIMEIRA SESSÃO SOLENE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

PRESIDÊNCIA: DO SENHOR DEPUTADO CID GOMES (1º SECRETÁRIO)

Às 11h40 min (onze horas e quarenta minutos) do dia 23 (vinte e três) do mês de abril do ano de 1993 (mil novecentos e noventa e três), compareceram ao plenário da assembléia legislativa 17 (dezessete) senhores deputados e deixaram de comparecer 29 (vinte e nove) senhores deputados, sendo que 01 (hum) sob licença.

O Sr. Presidente (Deputado Cid Gomes) solicito aos Senhores Deputados que registrarem as suas presenças.

Havendo número regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Solene Especial.

Convidamos para compor a mesa que presidirá este trabalho o Dr. Marcos Correia Chagas, representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB; o representante da Comunidade Indígena, Cacique dos Tapebas Francisco Alves Teixeira e o Cacique dos Tremembé Vicente Viana Damasceno. Solicitamos dos Deputados Inácio Arruda e Júlio Rêgo que façam adentrar as autoridades referidas neste recinto.

Solicito aos Senhores Deputados que tomem assento em suas Bancadas.

Com a palavra o Deputado Inácio Arruda, autor do Requerimento que solicitou esta Sessão Solene.

O SR. DEPUTADO INÁCIO ARRUDA (PCdoB) Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta singela homenagem a Assembléia Legislativa presta neste momento aos povos indígenas, nativos, de nossa terra, deste nosso país gigantesco, poderoso e economicamente viável. Há pouco tratávamos da biodiversidade, tratávamos aqui da Lei das Patentes.

Sr. Presidente, senhores convidados, esta luta que nós travamos no Congresso Nacional, está irmanada com a luta que os povos indígenas travam no nosso país. São estas nações do nosso país, responsáveis pelo estudo e acumulação secular de espécies nativas, vegetais e animais.

Esses nativos do nosso torrão, que é o Brasil, detém nas suas mãos o controle

importantíssimo de um banco genético, que não foi produzido pela tecnologia, mas, sim pelo conhecimento e pelo saber desses povos durante séculos e séculos. Por isso, Senhor Presidente, essa homenagem é carregada de simbolismo. Gostaríamos de nos referir às autoridades aqui presentes: Sr. Francisco Alves Teixeira, Cacique dos Tapebas; Sr. Vicente Viana Damasceno, Cacique dos Tremembés; Sr. Aécio, advogado dedicado à causa indígena; Sra. Maria Mélia uma mulher lutadora que acompanha a causa dos Tremembés anos a anos; Sra. Márcia da Comissão de Direitos Humanos da OAB e Dra. Vanda aqui presente conosco mais uma vez, que tem acompanhado essa luta em defesa do Meio Ambiente e também está emanada através da Associação dos Geógrafos do Brasil na causa da demarcação das terras indígenas.

Dizia, exatamente que essa homenagem está cheia de simbolismo, porque essa semana inteira os índios, as organizações de Direitos Humanos, entidades democráticas têm buscado se associar neste Ano Internacional dos Povos Indígenas, têm buscado se associar no nosso País a essa luta secular. A Constituição de 1988 abriu um caminho que era para que nesses últimos cinco anos, de 5 de outubro de 1988 a 5 de outubro de 1993, tivéssemos o prazo necessário para a demarcação das terras indígenas. Uma luta difícil, Sr. Presidente e Srs. Deputados, autoridades aqui presentes. É difícil porque tem-se que reconhecer o direito de um povo, o direito de uma Nação que foi massacrada buscaram a sua destruição total, a sua alienação cultural. Essa luta para resgatar um povo, é árdua e difícil. A causa é dos nossos nativos, dos nossos índios no Brasil inteiro. Aqui gostaria de me referir ao Prefeito de Maracanaú, quando durante esta semana buscou prestar uma homenagem também singela mas simbólica aos remanescentes da Nação Pitaguari, daquela região do nosso estado. Ele fazia exatamente esse resgate que é o da dignidade de um povo. E, quando lutam os Tapebas e os Tremembés, com certeza não estão lutando por um latifúncio, por um palmo de terra, pela mesquinhês de estar com a terra como poder e como propriedade. Não, os nativos estão lutando pelo seu reconhecimento como um povo e como nação para que os seus remanescentes possam ter o direito de serem reconhecidos desta forma. Essa é que é a causa de Maria Amélia... essa que é a causa do Aécio, essa é que

é a causa da Associação dos Geógrafos e que faz com que essas organizações pudessem estar ao lado dos Tremembés e dos Tapebas. Querem por acaso esses nativos que foram massacrados e destruídos pelos invasores destas terras, recorrer à brutalidade e à destruição para reverem suas terras? Jamais, Sr. Presidente e Srs Deputados. O que eles querem é o seu reconhecimento como um povo, o seu reconhecimento como uma nação e cobrar das autoridades exatamente aquilo que foi seu, aquilo que foi fruto do esforço de um povo para garantir. Esse é o grande sonho, o grande desejo dos nativos de nosso país e no nosso Estado. E nós fazemos questão de fazer esse registro, porque muitas vezes aqui nesta Casa e por aí a fora nós temos sido chocados com afirmações de que um índio de olhos azuis. índio! Quem são esses índios, que aqui estão. Eu não conheço nenhum no Estado do Ceará. Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós temos muito mais remanescentes das nações indígenas do que as aqui estão representadas neste momento. Aqui estão somente os Tremembés e os Tapebas. Mas alí no Maracanaú estão os Pitaguaris, lá no Crato Cariri nós temos vários outros povos que estão lá. Estão perdidos neste Estado enorme que é o Estado do Ceará. Que não tiveram condições de encontrar uma cana para dizer que são um povo, para dizer que são uma nação. Não encontramos um espaço, uma forma para se colocar públicamente reinvidicando os direitos que foram destruídos nestes últimos séculos em nosso país. A nossa abertura para esta solenidade simples, singela mas que digo que tem forte simbolismo está nesse objetivo de nos associarmos como Casa do Povo, a luta que travam essas nações dizer que não estão aqui os nativos para destruirem outras nações, outros povos. Estão buscando os seus direitos e vão buscá-los também com toda firmeza e dignidade que um povo deve ter para conquistar aquilo que é o seu direito e acho que é nosso dever, a nossa obrigação como cidadãos que representam o Estado do Ceará, com mandato parlamentar buscarmos os canais e os caminhos para resolver esse problema, é esse o nosso objetivo da nossa Sessão, é esse o nosso objetivo da nossa luta aqui na Assembléia Legislativa em defesa dos direitos dos povos indígenas. Os direitos dos povos indígenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não está em contradição com os direitos de seus filhos, que hoje muitas vezes não são mais reconhecidos como povo indígena, não são

mais reconhecidos porque estamos já associados a vários outros povos e vamos formando um novo povo, não há contradição entre a luta dos Tabebas e a luta dos Tremembés, com a perseguição que o latifúndio pratica contra todo o povo do Estado do Ceará e do nosso país. Não há contradição entre a luta dos Tapebas e dos Tremembés com a ausência de moradia em nosso Estado que chega cerca de 300 mil unidades. Não está em contradição a luta das nações indígenas com as condições de indigência que sofre o nosso povo do Estado do Ceará e do Brasil. Não, há portanto, contradição que se busca criar falsamente que é uma contradição entre a luta dos povos nativos que buscam conquistar e resgatar os seus direitos e a luta que trava o nosso povo hoje, aqui e agora, que é a luta pela terra, é a luta pela água, pelo trabalho, pela educação e pela saúde que os governantes, anos a fio, não têm dado ao nosso povo. Penso, portanto, que há uma unidade na luta pela luta que vocês travam, nações indígenas para resgatar os seus direitos e a sua cultura e a luta que nós travamos para que todo o povo tenha direito as beneces do esforço e do trabalho que nós produzimos no Estado do Ceará e no Brasil. Portanto, nós aqui agradecemos a presença de vocês aqui, que nos dá a oportunidade de levantar questões que estão ligadas a causa dos direitos humanos, no Estado do Ceará e no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer, para abrir esse ponto.

(APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO CID GOMES (PSDB): Com a palavra o Dr. Aécio Aguiar, que dispõe de 5 minutos podendo falar da Bancada ou se desejar, usar a Tribuna.

O SR. AÉCIO AGUIAR: Prefiro falar daqui. É interessante a gente fazer pequenas colocações, provavelmente não utilizarei nem os cinco minutos, mas só para reforçar que esta Casa ao longo dos últimos cinco anos vem dando um apoio sussessivo a questão indígena, temos os Deputados expressivos como Inácio Arruda, Ted Fontes, Mário Mamede se puxar João Alfredo, Ilário Marques quando Deputados Estaduais daqui, esses deram também uma força significativa, então a questão indígena é uma questão de sobrevivência de um povo de uma etinicidade esse povo teve sempre escondido, teve sempre com os seus costumes, suas tradições sempre descriminados, eram povos estigmatizados pela sociedade por que tinham outros

costumes, outras formas de vida que condenava aquela que chegasse ou que estivesse aqui estão os tapebas e tremembés estão unidos, a gente da arquidiocese estamos dando a maior força dentro do processo, quero dizer prá vocês que quando um processo da demarcação das terras indígenas chega a seu fim, já houve um estudo antropológico e sociológico, os "agromenoses" já estiveram na área, esse estudo é com base na questão de que aquele povo precisa daquelas terras prá sobreviver e exercer seus costumes legislação federal estadual e municipal, particularmente da região de Caucaia reconhece a presença indígena então é um fato consumado o que existe é uma resistência e aí eu reforço as colocações do companheiro Inácio Arruda o que existe é uma resistência e que qualquer povo que estivesse aqui o pessoal do meio urbano os trabalhadores moram sem terra, sempre existiria nesta Casa algumas pessoas, algumas pessoas, alguns deputados que não representa o povo e por isso ficam sempre condenando aqueles que querem colocar e exigir seus direitos já garantidos.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO CID GOMES - PSDB): Com a palavra o Cacique Francisco Teixeira.

O SR. CACIQUE FRANCISCO TEIXEIRA: Eu queria dizer aqui, as palavras de Aécio, por que a nossa vinda à Assembléia, os Deputados estaduais, que a gente conhece muito bem, Ted Ponte; e aliás todos eles deu um apoio muito grande aos índios Tapeba, dentro do município de Caucaia, o que nós queremos mesmo na Assembléia, é que os companheiros ajudem na nossa demarcação de terra; eu sei que não é por vocês, eu sei que se fosse por vocês, naturalmente, a terra dos índios já estava nas mãos. Porque tem uma força dentro de Caucaia, o Ted Pontes, com os companheiros daqui, da Assembléia, deu uma força muito grande prá nós. Naturalmente a gente sabe que está com os amigos daqui desta Assembléia, uns moram em Caucaia, outro não moram, mas sabem que existe índios em Caucaia. Mas, aqui mesmo, tem gente que mora dentro de Caucaia, um deputado, e dizia que existia índio. Hoje, está aqui, de onde veio esses índios? Desenterraram do chão? Não. Naturalmente já moraram muito tempo em Caucaia. As minhas palavras eu quero dizer aos deputados estaduais, que apresse esse Itamar Franco, que eu seu que vocês fazem. Deêm mais uma força a esse póvo indígena para que a nossa

terra seja desapropriada. Essas são as minhas palavras que eu tenho a dizer a vocês.

O SR. PRESIDENTE: Com a palavra o Cacique Tremembé, Vicente Damasceno.

O SR. VICENTE DAMASCENO (Cacique Tremembé) Queria dizer aqui, essa palavra, justamente, agradecendo a todos que sempre tem dado essa ajuda a nós, o Presidente Oscar Filho, que está alí, já andou lá na nossa área, deu conhecimento, o Deputado Inácio Arruda, justamente deu o reconhecimento aqui, aos Tremembés até com uma medalha, justamente dando reconhecimento e o valor deles. Mas, deixa que depois, mesmo aqui, apareceu um bocado de gente, dizendo que justamente não existia esse povo da Almofala. Foi essa ajuda que a gente chegou até aqui, e é por isso que eu acredito que todo pessoal, todas as entidades de responsabilidade, acho que vão acreditar que essas pessoas, tem as crianças, mas tem um bocado que foi nascido de dezembro para cá, esse povo já existiam. Eu não queria nada, nós não queremos boi de ninguém, nós não queremos dinheiro de ninguém, nós não queremos casa de ninguém; nós queremos, pelo menos, a nossa demarcação da nossa terra, como a FUNAI foi e os topógrafos justamente encontraram essa demarcação de 1.712 hectares que tinha sido essa terra demarcada, ainda esta lá, foi encontrado e eu acredito justamente que se eles entenderam, que tinham conhecimento da terra, e eles que criaram os direitos deles e disse que não existiam nenhum índio, mas esses índios existam, só porque nós não andamos nú, nós não temos flecha, é porque não tem mais caça, nossa vivência é a pescaria do rio, do caranguejo, peixe, mas não é só isso que a gente pode escapar, nós precisamos do feijão, batata, macaxeira e precisamos de todas as misturas para a sobrevivência. Não é só com peixe que a gente escapa. O mar nós temos onde tem esses outros materiais é na terra, e essa terra só pode dar se a gente plantar, nós podemos plantar, se a gente tiver direito prá poder plantar. É essa as palavras que eu queria dar a todos aqui, e que chegou o conhecimento e que esse pessoal que disse que não existe, pelo menos venha debater com a nossa verdade, porque não veio, nós hoje viemos esses se precisar, certo ainda ... quem dar essa direção justamente é a missão, para Maria Amélia, tem nos ajudado sempre, alumiado, sempre mostrado, pelos menos os orgãos mais competentes que

podia ajudar nós, é ela, ... nós, pelo menos, nós não conhecia, lá nós sofria uma coisa tão, que nem podia fazer isso, né, e mais, muito obrigado.

O SR PRESIDENTE DEPUTADO CID GOMES (PSDB) Com a palavra a Senhora Maria Amélia Leite.

A SRA MARIA AMÉLIA LEITE Esse momento para nós é muito importante, a gente quer agradecer especialmente os Deputados que nos apoiam, e que apoiam a luta dos índios aqui no Ceará, que é a luta da libertação do nosso povo. A luta dos índios faz parte de uma luta muito maior, e quando a gente fala nos índios, às vezes pessoas dizem não dá para entender, dizer como a gente escutou aqui nesse plenário, através do serviço de som, que lá em Almofala, tem apenas índios, quer dizer, é demais dizer uma coisa dessa. Quando essas pessoas visitarem os índios, lá na Almofala, conhecem os índios de Almofala, como diz o Sr. Vicente, eles não podem andar mais nús, mas a questão indígena, não é a pele, a questão indígena não é a cara, os olhos, a luta indígena, o ser índio é alguma coisa muito mais profunda, tem que haver alguma coisa, está havendo uma mudança no mundo inteiro, a questão política não conseguiu mobilizar as nações como a questão "étnica" está conseguindo. Eu acho que os Srs. conhecem muito de perto o que está acontecendo em todos países do mundo, que aconteceu na Rússia, porque aquela divisão num império que estava tão seguro aprentemente, e outros países também. Quer dizer, esta questão "étnica" é impossível ela ser controlada, ela não vai ser controlada, vocês podem mandar matá-los, podem nos mandar matar, podem fazer o que vocês quiserem, porque sempre fizeram isso, sempre. A história de Almofala é uma história de morte, é uma história que sempre houve um medo muito grande, o fato dos índios estarem aqui hoje, de ter coragem, de se expressar, de ir a praça pública, e dizer que são índios, isso nós não podemos entender uma coisa dessas, porque é preciso uma coragem enorme, porque sempre foram humildes, sempre foram oprimidos e escraviazados. Aquela terra é rica, não porque chega dinheiro lá. A terra é rica porque os Tremembés sabem pescar muito bem. Porque eles sabem ir ao fundo do mar e tirar as lagostas com as mãos, arriscando a própria vida. Então, penso que a gente precisa ter essa coragem de sair do nosso egoísmo, da nossa dominação. Já ganharam dinheiro de-

mais. Já ganharam muito, minha gente. A riqueza de Almofala, é preciso que essa terra seja devolvida aos índios. Tenho aqui um relatório da Anistia Internacional e é incrível como ela fez, um levantamento em toda a América. Aqui no Brasil, foi durante seis meses, uma representação da Anistia, fez um levantamento da situação dos povos indígenas e diz assim: "Como e porquê os direitos dos povos indígenas são sacrificados no altar do progresso, com a convivência do Estado". E é essa a grande tragédia. Porque a gente gostaria de ter muita gente do nosso lado, do lado dos índios, do lado dos trabalhadores. E sobretudo do lado dos índios, porque eles são os mais espezinhados, eles são os mais humilhados. A gente espera que essa demarcação não seja tão dolorosa, como aparentemente ela está sendo colocada, e a gente está sabendo. Muito obrigada.

O SR PRESIDENTE DEPUTADO CID GOMES (PSDB): A palavra fica facultada aos senhores deputados e autoridades aqui presentes. O primeiro orador inscrito é o deputado Stênio Rios.

O SR DEPUTADO STÊNIO RIOS (PFL): Senhor Presidente, Senhores Deputados, autoridades aqui presentes muito especialmente a Dona Maria Amélia, que coordena tão bem esse trabalho em defesa da família indígena. Eu gostaria de fazer algumas colocações nesse momento, e deixar bem claro o meu ponto de vista com relação ao indígena, muito particularmente com relação a região dos Tremembés lá no Distrito de Almofala, no município de Itarema, que eu represento nesta casa com muita honra. Sei que o índio merece a terra, sei que o índio tem direito à terra. é natural, todos nós queremos. E o governo, evidentemente, também quer acomodar essa situação. Mas é preciso que se esclareça e que fique aqui bem clara a situação dos Tremembés lá em Almofala. Não sou contra que os Tremembés de Almofala tenham a sua área definida, demarcada para que construam suas casas, possam produzir como muito bem disse o Sr. Vicente Viana, meu cumpadre João Venâncio, a Dona Zeda que aqui está e outros companheiros lá de Almofala que aqui estão presentes. Mas na área que estão querendo desapropriar, esta é a minha grande preocupação, e aí Dona Maria Amélia, vai ser dolorosa. Essa demarcação e se essa desapropriação vier a se concretizar. Porque dentro desta área que estão querendo demarcar, querendo desapropriar no distrito de Almofala, existem

lá 414 famílias. Aqui está o levantamento feito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Procurador, que aqui está presente, aqui está a relação de 414 famílias que moram naquela área que provavelmente, a pretensão é essa da FUNAI desapropriar para dar lugar aos índios. De maneira, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que eu não acredito é que o Governo Federal venha desapropriar esta área, porque eu entendo que o Governo Federal, a FUNAI ou qualquer órgão, o INCRA, eu não acredito que venham desapropriar uma área para criar um conflito social, para gerar dificuldades no meio daquela comunidade. Eu dou sugestões, sempre que eu uso a tribuna, sempre que vou a imprensa ou a qualquer local, dou sugestões. Eu não fico contra os índios. Eu digo que no distrito de Almofala, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tem a área da Varjota e do Amaro onde já existe onde já existe o conflito social com a empresa DUCÔCO, diz que aquela área é uma reserva florestal de sua propriedade. Mas isso é para fazer justificativa junto à SUDENE junto ao IBDF. Na verdade, a DUCÔCO nunca implantou o seu projeto, a sua cultura de côco dentro daquela área, porque as famílias lá existentes, Senhor Procurador, resistiram e a DUCÔCO não conseguiu implantar o seu projeto. E aí, sim Dona Maria Amélia, nós poderíamos nos unirmos e conversarmos como elevou o conhecimento de Dom Aluízio Lorscheider e de Dom Benedito nesta realidade naquele distrito e naquela área. é que nós poderíamos desapropriar, sim, aquela área da Varjota e do Amaro e aí resolveria os dois problemas de uma vez só. Resolveria os dois problemas de uma vez só. Resolveria o conflito social das famílias que moram na área da Varjota e Amaro, e evidentemente, em função de ser uma área grande e extensa, poderia colocar, assentar os índios no distrito de Almofala que não tem ainda o seu minifundio, que não tem a sua residência, não tem a sua casa, não tem a sua cultura, lá poderia produzir, fazer, e viver com tranquilidade, e sem gerar um problema social grave dentro daquele distrito. Não acredito e aqui faço a pergunda: A onde o Governo do Estado, Municipal e Federal iria colocar essas 414 (quatrocentas e quatorze) famílias lá existentes? E as indenizações, se por ventura forem indenizados? As pessoas não estão querendo ser desapropriados porque ela é muito pequena, ela é, insignificante e não daria para aquelas 414 famílias construí-

rem novamente as suas casas e fazer seus pequenos sítios. E, digo ainda, que dentro desta área não existe latifúndiário. Existem famílias humildes, pobres, evidentemente, que neste momento se dissesse que lá tem um grande latifundiário, não existe uma área de aproximadamente três mil e quinhentos hectares, existem já lá 414 famílias, pela lógica conclui-se que não existe grande latifundiário, e sim, pequenas propriedades. A maior talves, não dê 30 (trinta) hectares. Então, esta posição não poderia deixar de colocar diante deste plenário, diante da própria comunidade. E quero reafirmar meu pensamento que não sou contra, Dona Maria Amélia, de forma nenhuma, em momento nenhum, contra os Tremembés da minha querida Almofala e do meu querido município de Itarema. Sou a favor que se procure uma solução, mas uma solução sem gerar, sem criar conflitos, e sem gerar uma ansiedade que está no meio daquela comunidade. Acho que os Tremembés merecem a sua terra, mas numa área que não venha gerar e não criar um conflito social tão grave como esse se vier concretizar-se, Senhor Procurador que é de desapropriar 414 famílias de pequenas propriedades, de pequenas sítios, não maior do que trinta hectares, já registradas em cartórios, já com suas residencias construídas, já com suas cacimbas, com seus pequenos sítios com coqueiros, cajueiros e roças, produzindo e também sobrevivendo da pesca. São famílias pobres. Naquela área não existe milionário. O rico que existe lá é o atual prefeito de Itarema. Mas, seria, pelo fato de ser meu adversário político, um ato de covardia da minha parte se dissesse que ele é um grande proprietário simplesmente por ser meu adversário político. Mas, nem ele é um grande proprietário. Muito obrigado.

<u>O SR. DEPUTADO MÁRIO MAMEDE</u> - Pela ordem Senhor Presidente.

<u>O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO CID GOMES</u> - Pela ordem o Deputado Mário Mamede.

(Os índios fazem uma manifestação)

<u>O Sr. Deputado Mário Mamede</u> - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros Tabepas e Tremembés esse encontro aqui na Assembléia, eu acho que ele marca mais um momento histórico de luta pelo reconhecimento das etinias indígenas. A nação brasileira foi muito cruel com os seus filhos primeiros, com os índios desse país. Matou, perseguia, maltratou, exterminou nações inteiras,

em nome da modernidade, da Transamazônica, do progresso, do desbravar das fronteiras, não respeitou a sua etinia, não respeitou as suas origens, as suas culturas, suas famílias, suas mulheres e nem seus filhos. Eu acho que a nação brasileira teve um resgate muito grande a toda essa história e deve, sobretudo, procurar garantir, resgatar e dar o direito as nações indígenas remanescentes de se organizarem e de manterem seus traços culturais, de manterem seus valores e as suas crianças. Todo conflito, Deputado Stênio Rios, pode ser mediado pelas palavras, quando a boa intenção existe, por mais polêmica que seja a discussão, mais acirrada que sejam as posições, eu acho que a palavra sempre é mais forte do que qualquer outro recurso que seja colocado em prática. Eu acredito também, que a legislação, que nós elaboramos, que discutimos, a cada dia, defendemos, buscamos fortalecer a democracia, deva ser, cada vez mais, respeitada. E a legislação é muito clara: reconhecida a Nação índigena e seus remanescentes, definidos os limites geográficos onde a etnia está presente, essa terra pertence a essa ou àquela nação indígena. Isto está bem claro, tanto em relação aos Tapebas quanto em relação aos Tremembés. Nós, brancos, tomamos suas terras, o interesse imobiliário avançou por cima de suas aldeias, tratores foram usados. Na época de Médici, tiveram o ato criminoso de jogar de avião alimentos e roupas contaminadas com varíola, isso é uma das páginas mais odiosas da história brasileira recente, nações inteiras morreram contaminadas por varíola, jogadas em alimentos e em vestimentas, isso apavorou o mundo e indignou a humanidade. Eu creio que agora, nós devemos aguardar com serenidade a definição do Governo Federal, depois de estudos técnicos feitos seguramente com competência por Sociólogos, por antropólogos, por pessoas que participaram de uma comissão, prevista em lei, para demarcar, após reconhecida, foi reconhecida, a etnia dos Tapebas e Tremembés. Feito isso, eu acredito que, daí para frente, nós devemos buscar com serenidade, com maturidade, com compreensão dos valores e das necessidades de cada grupo envolvidos nesse conflito o melhor caminho para todos eles. Eu acho que a Assembléia deve ter uma postura firme, nesse momento, nós, aqui, inclusive, em outra discussão... Eu acho que a Assembléia deve ter a postura firme nesse momento. Nós, aqui, inclusive, em outra discussão, inclusive solicitada

pelo Deputado Inácio Arruda, nos comprometermos a visitar essas áreas em missão oficial da Assembléia. E eu creio que os índios defendem uma coisa que é sagrada para qualquer homem. Mas, sobretudo, para defenderem uma terra que foi deles, é deles e que querem tomar. Se o remanejamento é possível para aquelas populações que habitam, para aquelas famílias porque não é colocado em prática? Os índios tem que sair, os demais não. Então, eu creio que os mecanismos legais, funcionais são perfeitamente existentes, previsíveis e colocados em prática, se nós tivermos a vontade de fazer isso. Eu acho que não se pode em nome desse ou daquele interesse, respeitar a toda essa história, toda essa cultura, e o pior, desrespeitar uma lei que é muito clara no reconhecimento das nações e das terras indígenas. Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Deputado Cid Gomes - PSDB) - Continua facultada a palavra. A Sra. Maria Amélia, gostaria de fazer algumas colocações.

A SRA. MARIA AMÉLIA - Eu gostaria de apenas dá uma informação, porque não é bom que fique a verdade meio escondida. Aqui eu estou com uma carta do nobre deputado Stênio Rios, que ele enviou para a FUNAI. E nessa carta ele anexou uma relação de 414 famílias, como ele já disse outras vezes e hoje também. O que é interessante nessa relação é que todas essas pessoas que estão aqui, estão nessa lista. O Cacique Tremembé, que está reivindicando e assumindo a luta do seu povo, está qui nessa lista. Todos estão aqui, só não estão aqui os da Varjota. Inexplicavelmente, não estão aqui. Aqui, por exemplo, os índios pegaram essa lista e fizeram um levantamento, quantos já morreram, eles sabem quantos já morreram e estão nessa lista. Aqui tem uma casa de 5 pessoas e cada pessoa tem o número nessa lista, como se fosse 5 famílias. Quer dizer, a verdade precisa ser clara, ela precisa aparecer, senão eu não sei porque é que lhe foi dado uma informação dessa. Porque é perigoso dar uma informação que não corresponde a verdade. Então, acho que é preciso que a gente leve em conta a realidade mesmo. E eu fico muito satisfeita e acho que os índios também, já foi uma proposta nossa, há muito tempo, de que os Deputados aqui, inclusive os Deputados Federais, fizeram uma visita em Almofala, porque somente a gente vendo, a gente vendo de perto, conhecendo, conversando, mas vão lá para dormir uma noite, vão

lá comer com eles, vão lá para ver a luta do povo, se não fica muito ..., fica muito ruim, este debate que não tem uma informação correta. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE CID GOMES - Pela ordem, o Deputado Stênio Rios.

SR. DEPUTADO STÊNIO RIOS - Dona Maria Amélia, quando eu visitei Dom Aluísio Lorscheider, que apresentei a relação a ele, ele me perguntou quantos índios existiam no distrito de Almofala. Respondi: Dom Aluísio, eu não posso lhe confirmar, mas, sei que existe alguns que não estão nesta relação que lhe apresento e deixo com V.Exa. Agora se existiu fato desta natureza de alguma repetição, não é do meu conhecimento. Mas, eu convidaria a Senhora, eu a Senhora com toda tranquilidade, com toda calma e com todo o respeito, nós sairmos andando dentro daquele distrito, e ver com quem está a verdade, visitando as residências, conversando com as famílias, e aí nós poderíamos contar verdadeiramente de fato e in loco, quantas famílias existem dentro desta área e ver quem estar com a verdade. O conflito Senhor Presidente e Senhores Deputados eu repito, lá não existe fazendeiro, lá não existe milionário: existe famílias humildes, e que seria interessante que houvesse, que acontecesse de fato, e concretamente esta visita aquela localidade, para que as pessoas interessadas nesta questão, podessem conferir realmente as famílias que lá moram e sobrevivem com dificuldades Senhor Presidente, mas sem dar trabalho ao Governo Federal, sem dar trabalho ao Governo Estadual e ao Governo Municipal, sobrevivendo ali da sua cultura, do coco, da castanha e da pesca. Eu acho, como falou o nobre Deputado Mário Mamede, a gente precisa ter o bom senso realmente, para discutirmos essa situação com mais cautela, com mais profundidade, para que isso não venha, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao invés de acomodar uma situação, criar, mais uma vez eu repito, um grave conflito social dentro do distrito de Amofala. Não sou contra, Senhor Presidente, eu repito aqui, não sou contra os índios, mas eu sou daqueles que produram acomodar uma situação da melhor maneira possível, sem se gerar conflitos, sem se gerar graves problemas sociais. Como existe áreas lá desocupadas dessa empresa DUCOCO, como eu já repeti e já falei. Porque que não se acomoda dentro daquelas áreas? Porque que nós vamos ter que mexer com as famílias que vivem tranquilamente, umas famílias pacatas daquele distrito com

função, Senhor Presidente, nesta questão do índio. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE CID GOMES: A Presidência ao cabo desta Sessão Solene, gostaria de agradecer a presença do Cacique Francisco Alves Teixeira; do Cacique Vicente Pinheiro Damasceno; do Sr. Aério Aguiar - advogado da Arquidiocese de Fortaleza; a Sra. Maria Amélia Leite - Da Missão Tremembé; do Procurador Oscar Costa Filho; da Dra. Márcia Corréia Chaves - representante da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, e as demais autoridades aqui presentes e encerrando esta Sessão, temos a certeza de que contribuimos de alguma forma para que esta questão que aflinge hoje as comunidades indígenas do nosso Estado, que é exatamente a luta pela terra, por áreas onde possam habitar, e onde possam sobreviver. É uma luta justa, tem desta Casa o integral apoio e, certamente, a questão específica dos Tremembés e a questão específica dos Tapebas tiveram, a partir desta reunião aqui na Assembléia Legislativa, uma evolução na solução definitiva deste problema que virá com a ação do Governo Federal através da FUNAI e através do INCRA. Agradecemos a todos, declaro encerrados os trabalhos da presente Sessão Solene.